



14/06/2012 - Dia Nacional de Luta pelo PCS em frente ao TRE

João Duarte

8 DE AGOSTO

RETOMAR A PARALISAÇÃO PELA APROVAÇÃO DO PCS-4 JÁ



18/07/12 - Marcha unificada de funcionalismo

Cerca de 20 mil servidores públicos federais marcharam em Brasília no dia 18 de julho. Os servidores cobraram do governo Dilma a abertura imediata de negociações efetivas. E exigiram o fim do congelamento salarial. (Pág.2)

Assembleias setoriais

26 de julho às 14h em frente ao TRE

27 de julho às 11h JT Barra Funda

Poderes

Reunião entre Dilma Rousseff e Ayres Britto

Servidores continuam sem informação do teor da conversa. (Pág 02)

Retomar mobilização

Pela aprovação imediata do PCS-4

Servidores estão sendo convocados a retomar a greve para pôr fim ao congelamento salarial. (Pág 03)

TRE

Audiência com presidente Alceu Navarro

Sindicato cobra respeito ao direito de greve e suspensão do corte ilegal do ponto. (Pág 03)

Fundo de Greve

Sintrajud lança campanha de arrecadação para mobilização

Servidores podem contribuir diretamente na conta do Fundo de Greve ou comprando Bônus. (Pág 04)

Valdir Araújo

Britto se reúne com Dilma, não revela teor e versões contraditórias proliferam

Presidente do STF não divulga resultado da reunião; Federação solicitou audiência ao Supremo; trabalhadores querem respostas de Ayres Britto

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, viajou sem revelar o resultado da conversa que teve com a presidenta da República, Dilma Rousseff, na segunda-feira (23). A “Agência Estado” e alguns outros veículos de comunicação divulgaram que os projetos salariais de servidores e magistrados estiveram na pauta da conversa. Não houve confirmação do STF, embora seja ‘quase certo’, nas palavras de um integrante do Supremo, que isso tenha ocorrido. Ayres Britto só deve retornar ao trabalho na sexta-feira (27).

A versão divulgada pela mídia é

contraditória. Diz que o presidente do STF reivindicou a reposição salarial e que Dilma voltou a dizer ‘não’. No entanto, também diz que a avaliação do ministro é de que o resultado da reunião foi bom. O diretor-geral do Supremo, Amarildo Vieira de Oliveira, disse à reportagem do Sintrajud, por telefone, que ainda não conversou com o chefe do Judiciário sobre isso antes deste viajar e que ele se limitou a dizer que a reunião com a presidenta Dilma “foi boa”, sem especificar o porquê. Sabe-se que, assim como Amarildo, o secretário-geral da Presidência do STF, Anthair Valente, não participou da audiência.

Calendário de mobilização

A federação nacional (Fenajufe) solicitou uma audiência com o presidente do STF, na qual deve cobrar informações. Os trabalhadores também querem saber quais medidas o Supremo pretende tomar para evitar que o Executivo volte a excluir da proposta orçamentária do Judiciário as previsões de reajustes salariais. “O STF está nos devendo respostas e atitudes, não pode continuar rastejando diante de outro poder”, critica Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud. Para pressionar o Supremo, o governo e o Congresso, um calen-

dário nacional de mobilizações e greve está sendo construído para o início de agosto.

Para a direção do Sintrajud, o tratamento do governo com judiciário é inaceitável e desrespeitoso. Os servidores entendem que não se pode deixar de assegurar sua autonomia e independência. E nem, ao menos, o mesmo espaço de negociação e tratamento que vier a ser assegurado ao conjunto dos servidores – para os quais além de uma oferta rebaixada já recusada pelos professores, o governo sinaliza que apresentará outra contraproposta e não descarta propostas aos demais segmentos do funcionalismo em greve.

Milhares de servidores vão a Brasília e mostram força da greve e mobilização

Marcha ocupa Esplanada, cobra de Dilma negociação e mostra que greve do funcionalismo cresceu apesar de ameaças; Judiciário participou

Milhares de trabalhadores em greve de dezenas de setores dos serviços públicos voltaram a ocupar as avenidas da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, nesta quarta-feira (18). Eles cobraram do governo de Dilma Rousseff a abertura imediata de negociações efetivas com o conjunto da categoria. O forte aparato policial posto nas ruas impressionou os servidores.

Após percorrer a Esplanada em direção ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto, fechando as seis faixas da avenida, os servidores se concentraram em frente ao Ministério do Planejamento. O protesto teve a participação de muitos estudantes universitários, que apoiam as greves de docentes e técnicos administrativos, além de, em boa parte das universidades, também estarem em greve.

Antes de chegar ao Ministério do Planejamento, a passeata se defrontou com uma barreira policial. “Eu não quero acreditar que essa barreira seja para impedir o nosso protesto. Não há necessidade de todo esse aparato policial. Aqui não tem bandido, aqui tem trabalhador que luta contra essa política de arrocho do governo”, disse, do carro de som, o servidor do IBGE e umas das lideranças da CSP-Conlutas, Paulo Barela.

Após superarem o impasse, os trabalhadores se dirigiram para o prédio do ministério. Mas policiais que cercavam a entrada do local agrediram alguns manifestantes com gás de pimenta. Os trabalhadores repudiaram a truculência da política e a falta de diálogo do governo com os servidores. “Foi constrangedor o que [os policiais] fizeram”, criticou o servidor José Luis, do Fórum Trabalhista da Barra Funda, de São Paulo.



18/07/12 - Marcha unificada de funcionalismo

Trabalhadores do Judiciário Federal de vários estados participaram do protesto. “Foi um ato muito importante, havia muita gente”, disse José Luis, que avalia que esta marcha teve número similar, ou até maior, de participantes em relação a anterior, no início de ju-

nho, quando entre 15 mil e 20 mil estiveram em Brasília. Entidades que organizaram o ato avaliaram em 20 mil trabalhadores e estudantes na marcha desta quarta (18). Servidores em greve seguem acampados nos gramados da Esplanada dos Ministérios.

Fenajufe convoca reunião para o dia 28

A federação nacional (Fenajufe) convocou, para sábado (28), reunião da direção da entidade acrescida de um representante por sindicato filiado. O Sintrajud participará, levará as propostas aprovadas pela categoria e defenderá um novo calendário nacional de mo-

bilizações, de retomada da greve nacional pela aprovação imediata do PCS-4, a partir de 08 de agosto, em unidade com as várias categorias de servidores federais que estão em greve desde 17 de maio em todo o país.

Mas a direção do sindicato não deixará de cobrar uma postu-

ra mais séria e democrática por parte da ala que compõe a direção majoritária na federação, que vem cerceando e impedindo a realização de reuniões ampliadas onde a base da categoria e ativistas comprometidos em construir a luta nos locais de trabalho nos estados pudessem se encontrar e

fazer avaliação dos erros e acertos da atual campanha salarial e do que mais é preciso fazer para superar o atual congelamento de salários. É preciso praticar a democracia que se professa e parar de querer controlar e criar maiorias artificiais, que só tem levado a categoria a derrotas.

Assembleias setoriais organizam retomada da greve

Organizar uma greve forte em unidade com os professores e demais servidores federais para enfrentar o descaso e o autoritarismo do governo

Professores das universidades federais, em greve desde 17 de maio, mostram como pode e deve ser enfrentado um governo que trata com prepotência e descaso quem garante o funcionamento do serviço público no país.

Após paralisarem o funcionamento de 57 das 58 universidades federais (apenas a UFRN não aderiu), os professores receberam uma segunda contraproposta do governo, comprovando que greve forte pode sim arrancar a negociação e, se mantida coesa até o final, garantir a melhoria salarial.

Pressão no registro de candidaturas foi só começo

Após esforço inicial de começar a greve no primeiro semestre, buscando unir forças com os demais servidores (desafio que permanece), paralisações pontuais até a greve por prazo indeterminado, a partir de 28 de maio, culminaram na semana do 'Apagão na eleitoral'. Foi uma pressão sem precedentes sobre o registro de candidaturas, que se alastrou como uma onda pelos TREs do país. Mostrou o poder e a força da categoria quando se movimenta coesa e sabe trabalhar o calendário eleitoral.

O movimento foi suspenso no dia 5 de julho. Recuo tático, para acumular forças - face ao esvaziamento causado pelas férias de boa parcela da categoria e os recessos parlamentar e do Judiciário; e para dialogar na busca da unidade com o conjunto dos estados, que em geral participaram apenas nos dois últimos dias da semana do apagão e não tinham deflagrado greve, à exceção, além de São Paulo, de Mato Grosso e Paraíba.

Retomar a greve, contagiar o país e exigir atuação efetiva do STF

Dado o aviso e o alerta à cúpula do Judiciário, ao Congresso e ao governo, o desafio agora é construir forte adesão na retomada da greve a partir do dia 8 de agosto em todos os locais de trabalho no estado de São Paulo. E, a partir daí, criar fatos políticos que repercutam, contagem e chamem o conjunto dos servidores para unir forças pelo PCS.

A greve deve continuar denunciando a postura omissa e subserviente da cúpula do Judiciário, que aceita passivamente a ingerência da presidente Dilma na sua autonomia e independência - ao cortar

previsão orçamentária para o PCS, como ocorreu mais uma vez na votação final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Eterniza-se, assim, o dilema: o governo não aprova o PCS dizendo que não tem orçamento é o mesmo que veta a inclusão da previsão orçamentária.

A cúpula do Judiciário, presidentes do STF e TSE à frente, precisam ter postura mais ativa e cobrar publicamente solução para o impasse, que tende a desmoralizar ainda mais o Poder Judiciário perante seus servidores, caso não sejam tomadas medidas que assegurem o direito constitucional de revisão de salários.

Dinheiro, só para especuladores e bancos

O Governo Dilma vem dizendo que se atendessem toda a pauta do funcionalismo o custo seria de R\$ 92 bilhões e levaria o país mais rápido à crise. Mesmo que este valor fosse verdade, o que não é o caso, ainda assim ficaria muito abaixo do total gasto com os juros e amortizações da dívida interna e externa, que até 19 de julho já tinha consumido mais de 564 bilhões, ou 54% do orçamento da União neste ano, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida. Este compromisso do governo com os

bancos, sonegadores e especuladores mostra de que lado ele está.

Superar os desafios e construir a retomada da greve

São tarefas de todos, com clareza quanto à pauta e ao objetivo, construir a unidade em cada local de trabalho no estado e no país, assim como com os demais servidores federais, que enfrentam a mesma 'patroa' que se nega a negociar.

Cada servidor deve assumir seu poder pessoal e a parcela de responsabilidade que lhe cabe em momento tão delicado, ajudando a organizar seu local de trabalho. É preciso parar de delegar para outrem a responsabilidade por algo que todos querem.

Ajude a organizar as assembleias setoriais em seu local de trabalho para assegurar uma forte retomada da greve a partir do dia 8 de agosto, capaz de arrancar o PCS e pôr fim ao congelamento salarial.

Assembleias setoriais, participe!

26/07, às 14h, em frente ao prédio TRE- Miquelina

27/07, às 11h, no saguão do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa - Barra Funda

Sintrajud reúne com presidente do TRE e cobra respeito ao direito de greve

Administração promete analisar a reivindicação, mas em ato precipitado e desrespeitoso aplica o corte de ponto já na folha deste mês.

Representantes do Sintrajud e da Justiça Eleitoral estiveram em nova audiência no dia 18 de julho, com o presidente do TRE, desembargador Alceu Navarro e com o Juiz Assessor da Presidência, Marco Antonio M. Vargas.

Nesta nova audiência, que ocorreu apenas cinco dias depois da anterior, foi protocolado requerimento administrativo, que cobra a abertura de negociação para que à compensação de horas da greve pela aprovação do PCS fossem estabelecidas apenas no final do processo reivindicatório, com a participação do Sintrajud, suspendendo-se de imediato a aplicação da Resolução 169/2010, que trata do funcionamento ordinário do tribunal e da compensação e/ou eventual desconto de faltas comuns, injustificadas, que não podem ser confundidas com a falta decorrente de adesão à greve.

No requerimento o Sintrajud ressaltou que está sendo sonegado um direito fundamental aos servidores da Justiça Eleitoral e ao conjunto da categoria judiciária, que é o direito à revisão anual



de salários, assegurados na Constituição Federal e também em lei específica, sendo o movimento grevista a última arma que dispõe o trabalhador para resguardar seu direito e buscar superar congelamento salarial que se alonga por mais de seis anos.

Ressaltaram também que a mobilização dos servidores do Judiciário Federal é de âmbito nacional, e que qualquer decisão desta administração quanto à eventual compensação dos dias de greve, fosse garantida, ao final do movimento grevista, com abertura de negociação específica, com o Sintrajud, como ocorre com os demais tribunais.

Administração desrespeita acordo

Na audiência o desembargador Alceu Navarro e o Juiz Assessor da Presidência, Marco Antonio M. Vargas informaram que pretendiam se posicionar até o dia 8 de agosto, com apreciação do requerimento protocolado pelo Sintrajud. Antes disso, entretanto, os servidores que participaram da greve em maio já sofreram desconto no pagamento do mês de julho, liberado no último dia 23, o que gerou sentimento de raiva e frustração com a quebra da palavra empenhada pela administração do TRE.

A insistência da administração do presidente Alceu Navarro, em aplicar a

portaria 169/2010, às faltas decorrentes de greve além de ser ilegal e abusiva, representa também um grande descaso com a atual situação salarial dos servidores, que além de continuar com seus salários congelados, inclusive pela inércia da administração e da cúpula do Judiciário, que nada fizeram para ajudar a superar o congelamento em curso, ainda se apressam em impor desconto ilegal sobre o salário, sonegando parcela que os servidores não podiam deixar de dispor para manter a si e sua família. Os servidores da Justiça Eleitoral, cada vez mais unidos e mobilizados, cobram a apreciação do requerimento do Sintrajud e a imediata suspensão e devolução dos descontos ilegais e abusivos.

Novo ato público, com assembleia setorial no TRE, dia 25/07, às 14h

Os servidores irão discutir a organização da greve e os meios para assegurar devolução dos dias descontados pela administração Navarro. Participe!

Sintrajud reivindica do CJF aumento da verba destinada à saúde na JF/TRF-3

Representantes da categoria e da entidade estão mobilizados para garantir que o Executivo aumente o valor destinado à saúde dos trabalhadores.

Na terça-feira, dia 17, uma comissão de representantes do Sintrajud composta por José Dalmo Duarte, diretor do Sintrajud, Bernadete Souza, diretora de base do TRF-3 e Washington Lima, coordenador do departamento Econômico da entidade, estiveram em audiência com o presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF) ministro Ari Pargendler, para reivindicar que CJF aumente a verba destinada aos programas de saúde no TRF3 e na JF.

Os representantes também exigem que o CJF pressione o poder Executivo para que as verbas destinadas à saúde dos trabalhadores do Judiciário Federal sejam reajustadas dadas as dificuldades de manter os planos atuais.

É importante lembrar que o valor de R\$ 90,00 está congelado desde 2004 e já não consegue atender às necessidades dos trabalhadores. Também exigiram que o presidente do CJF fizesse o remanejamento de verbas necessário para a manutenção do atual plano de saúde do TRF-3 e da JF.

Negociações

Os representantes conversaram com a Secretária Geral do CJF, e ob-

tiveram informações sobre o estudo de equiparação do plano de saúde dos tribunais. Questionada sobre os valores, Eva Basto também compartilhou da opinião de que o valor atual da verba destinado à saúde é “insustentável” e que está em curso uma negociação com o Executivo para o aumento da verba orçamentária, que será ser confirmado após a finalização do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2013.

Equiparação

Ainda segundo a Secretária Geral, foi solicitado ao Ministério do Planejamento a equiparação dessas verbas com a que o STJ recebe que é de R\$ 208,00.

Remanejamento

Em relação ao esgotamento das verbas para a Assistência Médica e Odontológica do TRF-3, a Secretária Geral do CJF reafirmou que a administração do TRF-3 deve solicitar o remanejamento orçamentário. Segundo estudos do departamento econômico do Sintrajud, há possibilidade orçamentária para esse pedido, pois no orçamento há verbas que ainda não foram liquidadas, inclusive correndo o risco de serem devol-



17/07/12 - Servidores em audiência com presidente do CJF

vidas para o Executivo.

Abaixo Assinado

O Sintrajud também protocolou o abaixo assinado com 1.390

assinaturas recolhidas nos dias 13 e 16 de julho, reiterando os pedidos expostos durante a audiência com o presidente do CJF, ministro Ari Pargendler.

Sintrajud lança campanha de arrecadação para o Fundo de Greve com distribuição de bônus

Os cupons do bônus de R\$ 50,00 serão sorteados na tradicional festa de final de ano. Além de ajudar a custear a luta, servidores irão concorrer a 1 tablet e 1 smartphone

A greve traz muitas lições. Uma delas, talvez a maior, é a solidariedade entre os lutadores. E neste momento, onde alguns colegas do TRE já começam a sofrer retaliação da administração, que está impondo corte de ponto, o compromisso e a solidariedade são fundamentais para assegurar que ninguém seja privado de uma parcela de seu salário que, sabemos, mal consegue cobrir todo o orçamento do mês.

Além de não ter feito nada para ajudar a categoria a superar o congelamento de salários, a administração do TRE usa o desconto dos dias parados como arma para impedir que haja qualquer mobilização dos servidores às vésperas das eleições. Assim, para viabilizar a luta tanto na Eleitoral quanto nos demais tribunais o sindicato está chamando todos os trabalhadores do Judiciário Federal a fazer sua doação, seja diretamente na conta do Fundo de Greve ou comprando bônus que estarão sendo oferecidos nos locais de trabalho.

Participe e fortaleça essa luta que é de todos

Para organizar uma paralisação em todo o estado que consiga influir para superar o congelamento salarial de seis anos que a categoria enfrenta, além da efetiva participação de cada um em todos os locais de trabalho, o sindicato também precisa de ajuda financeira para que não falte recursos que assegure toda a estrutura a ser usada na greve como: caravanas à Brasília, deslocamento dos colegas do interior para a capital nas assembleias estaduais, visitas do comando de greve aos locais, Jornais, adesivos, coletes, água, apito, cornetas, faixas, boletins, cartazes, aparelhos de som, etc.

Vale lembrar que o Sintrajud é sustentado unicamente pela contribuição voluntária dos seus associados. E nestes momentos de luta, arrecadar doações para um fundo é tradição do movimento sindical combativo. Assim foram construídas as grandes greves da história dos trabalhadores. Por isso, contribuir com o Fundo de Greve significará ajudar a construir uma história de solidariedade entre os trabalhadores do Judiciário Federal. Participe!

Para doar ao Fundo de Greve

Na hora do depósito ou transferência bancária não esqueça de escolher a opção “CONTA POUPANÇA”.

BB nº 001 - Agência 3324-3 - Nº da conta-DV 535.500-1 - Variação 51
CEF nº 104 - Agência 1004 - Operação 22 - Nº da Conta - DV 49-9

9ª Copa Sintrajud de Futebol, as inscrições estão abertas

Em agosto entram em campo os craques do Judiciário Federal de São Paulo. Já estão abertas as inscrições para a 9ª Copa Sintrajud de Futebol promovido pelo departamento Sociocultural.

O prazo vai até o dia 13 de agosto, às 20h. As inscrições deverão ser feitas através de formulário próprio, que poderá ser obtido nos sites do Sintrajud (www.sintrajud.org.br) ou da GS Eventos e Comunicação Ltda. (www.gseventos-sp.com.br), e remetidas através de fax, e-mail, ou entregues pessoalmente na sede do Sintrajud.

A reunião técnica ocorrerá no dia 14 de agosto de 2012, às 19h30, na sede do sindicato e o campeonato tem início no dia 16 de agosto de 2012.

Taxa de inscrição

Nesta edição podem participar servidores sindicalizados ou não, além de terceirizados. Os atletas sindicalizados deverão pagar uma taxa de R\$ 30,00 cada, enquanto os não sindicalizados uma taxa de inscrição de R\$ 80,00 cada.

A taxa deverá ser paga no ato da inscrição ao Sintrajud, através de cheque, podendo ser dividido em até duas vezes.

Cada equipe poderá inscrever um mínimo de 09 atletas e um máximo de 15. As equipes deverão ser formadas obedecendo aos seguintes critérios: 50% dos atletas inscritos deverão ser filiados ao Sintrajud; o restante poderá ser não sindicalizado, sendo que os jogadores que não são servidores (funcionários do Sintrajud, terceirizados, estagiários e/ou cedidos) estarão limitados a no máximo 3 atletas por cada equipe.

As inscrições devem ser feitas no departamento Sociocultural pelo telefone (11) 3222-5833.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Eriton Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br

Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 -

Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

